

RESENHA

Para além da Campanha da Itália

Wilson de Oliveira Neto ^a

LATFALLA, Giovanni. *Segunda Guerra Mundial: Propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar editora, 2022.*

Oficialmente, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial em 31 de agosto de 1942. O envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do 1º Grupo de Aviação de Caça (1º GAV CA) ao teatro de operações italiano, em meados de 1944, são, possivelmente, os aspectos da participação militar brasileira no conflito mais conhecidos entre o público e com grande visibilidade nos monumentos erguidos no Brasil e na Itália, bem como na indústria cultural.

No entanto, os estudos his-

tóricos publicados, pelo menos, nos últimos dez anos revelaram uma participação militar mais ampla e complexa, especialmente com os Estados Unidos, que desde o início da Segunda Guerra Mundial, procurou garantir uma aliança militar com o Brasil, cuja geografia era estratégica para os planos de defesa continental do governo estadunidense (Latfalla, 2019; Oliveira, 2015).

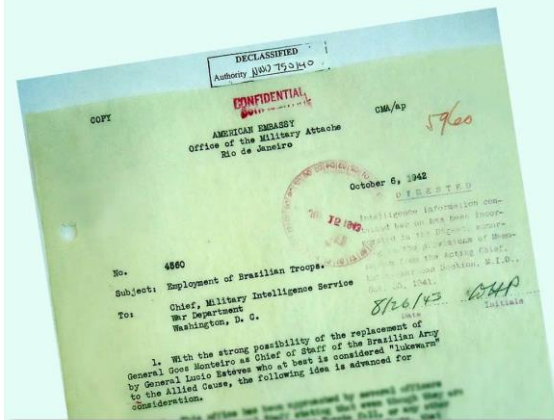
Giovanni Latfalla é um dos historiadores que estão na vanguarda das novas pesquisas sobre o envolvimento militar brasi-

^a Professor, doutor em Comunicação e Cultura.



Giovanni Latfalla

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PROPOSTAS PARA O EMPREGO DE TROPAS DO BRASIL



leiro com a Segunda Guerra Mundial e da formação de uma aliança militar com os Estados Unidos. Em seu livro de estreia, o autor abordou o processo de alinhamento militar brasileiro junto aos EUA, de 1939 a 1943, com a hipótese de que se o governo brasileiro “estivesse em uma posição de alinhamento

automático com as demandas estadunidenses, então o processo de negociação não teria sido marcado por tantas dificuldades e desconfianças” (Latfalla, 2019, p. 1).

Através da revisão da literatura publicada até então e da leitura de documentos inéditos sob a guarda de arquivos no Brasil e no exterior, a hipótese do autor se tornou uma Tese que questionou a leitura vigente de que a aproximação entre

brasileiros e estadunidense ocorreu sem grandes crises e quebras de compromissos, tal como em autores de outrora, a exemplo de Gerson Moura (1979; 1991).

O livro *Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil*, lançado em 2022, pode ser considerado um aprofundamento do trabalho



publicado pelo autor em sua estreia. Nele, Latfalla (2022) reuniu e analisou todas as propostas feitas ao governo brasileiro – aceitas ou não – para o emprego de suas forças armadas dentro e fora do continente americano, durante a Segunda Guerra Mundial e mesmo antes da entrada do Brasil no conflito. O longo de sete capítulos, o autor revisou o que já foi escrito de forma esparsa sobre o tema, além de buscar uma documentação nacional e internacional inédita que resultou em uma síntese que reforça a tese da importância estratégica do Brasil para os planos de guerra dos Estados Unidos e de como que esse “lugar” ocupado no planejamento militar americano gerou inúmeros convites para que o governo brasileiro participasse de missões em lugares como o Suriname (antiga Guiana Holandesa) e o arquipélago dos Açores.

O início da Segunda Guerra Mundial na Europa, em 1939, fez com que o governo dos Estados Unidos começasse seus prepara-

tivos para esse conflito. Entre outros fatos, o Brasil foi considerado um país estratégico nos planos de defesa continental dos estadunidenses. Nessas circunstâncias, foram iniciados os primeiros contatos oficiais para a formação de uma aliança militar com o governo brasileiro. Para o Brasil, a aliança seria um bom negócio, na medida em que seu comando militar estava preocupado com a obsolescência dos seus recursos. Uma aliança com os EUA poderia ser uma oportunidade para reequipar as forças armadas.

Nesse pano de fundo, surgiram as propostas para o emprego de tropas do Brasil dentro e fora das Américas. O primeiro emprego de tropas brasileiras no contexto da Segunda Guerra Mundial ocorreu na primeira metade de 1942, com as relações diplomáticas entre o Brasil e as potências do Eixo já rompidas. Na ocasião, houve o deslocamento de um pequeno contingente para a ilha de Trindade, que foi declarada zona militarizada em



janeiro daquele ano. Contudo, a grande preocupação dos Estados Unidos era o arquipélago de Fernando de Noronha, cuja defesa era precária e, no caso de uma ocupação inimiga, poderia servir de trampolim para ataques contra o Nordeste. Fernando de Noronha foi a vanguarda na defesa do teatro de operações nordestino, sendo ocupado por um Destacamento Misto, formado por efetivos do Exército e da Marinha. Com o sucesso da Operação Tocha no norte da África, a partir de junho de 1943, houve a redução do contingente em Fernando de Noronha, sendo o retorno das últimas tropas lá estacionadas em maio de 1944.

Outros lugares da América do Sul também estavam nos planos dos EUA. Apesar da existência de uma zona neutra, a ameaça do Eixo contra a segurança das Américas era considerada real e, no começo da década de 1940, os Estados Unidos não tinham condições de salvaguardarem sozinhos o continente. Na América do Sul, a Guiana Francesa e o

Suriname provocaram preocupações nos Estados Unidos, especialmente, pelas ocupações alemãs da França e da Holanda e seus governos colaboracionistas, pelos recursos naturais existentes nesses lugares e pela passagem de um corredor aéreo que ligava à Zona do Canal do Panamá. Assim, em 30 de setembro de 1942, após diversas negociações envolvendo os governos dos EUA e da Holanda no exílio, foi iniciada a Missão Militar Brasileira em Paramaribo, capital do Suriname. A missão seguinte ocorreu na Guiana Francesa e ficou conhecida como Missão Caiena, iniciada em 25 de abril de 1943 e que durou treze dias, sob a justificativa da segurança amazônica.

Antes dessas Missões, em agosto de 1941, o governo brasileiro recebeu um convite para integrar as tropas estacionadas em Porto Rico. O convite não foi aceito por razões de ordem econômica. Contudo, o contexto desse convite deu origem a um fato inusitado: a formação de uma legião latino-americana, compos-



ta por voluntários argentinos, paraguaios, uruguaios e brasileiros, que lutaria entre os aliados. A proposta foi apresentada ao governo brasileiro pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*. Aliás, como é possível constatar em Ricardo Bonalume Neto (1996), após a entrada do Brasil na guerra, Chateaubriand promoveu diversas campanhas de cunho patriótico.

Latfalla (2022) deixa claro que a proposta da legião latino-americana não partiu do governo brasileiro, muito menos teve seu apoio. Chateaubriand tomou um balde de água fria do general Dutra e do próprio presidente Vargas, que encerrou o assunto.

Até sua entrada na guerra, os EUA auxiliaram o Reino Unido por meio do emprego de tropas em pontos estratégicos do globo para ambos os países. No Plano de Defesa do Hemisfério Continental nº 2, surgiram preocupações com as ilhas dos Açores e Cabo Verde. Nesse contexto, em maio de 1941, o governo estadu-

nidense convidou o Brasil para enviar uma força simbólica para ocupar os Açores. Em julho daquele ano, a proposta foi oficializada, porém, sendo tratada de fato somente em janeiro de 1943, no encontro entre Roosevelt e Vargas, em Natal, no Rio Grande do Norte. Ainda em 1943, o governo português autorizou os aliados a usarem os Açores como base militar, interrompendo a rota marítima que fornecia tungstênio para a Alemanha. A colaboração de Portugal encerrou o caso e tornou desnecessária a presença de tropas brasileiras.

O ingresso do Brasil no conflito, em 31 de agosto de 1942, estreitou a cooperação militar com os Estados Unidos. O emprego de tropas brasileiras fora do continente americano, algo previsto do Termo de Ajuste da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, assinado em 1941, começou a ser visto de forma mais séria pelas autoridades americanas e brasileiras. A esse respeito, Latfalla (2022)



produziu uma cronologia de menções que ajudam o leitor a compreender as circunstâncias em que a FEB foi criada e enviada ao teatro de operações do mar Mediterrâneo, em meados de 1944. Tudo começou em 1º de setembro de 1942, quando Nelson Rockefeller sugeriu ao general Eurico Gaspar Dutra, na época, ministro da Guerra, o envio de uma força terrestre brasileira ao norte da África. No mesmo mês, o adido militar dos EUA no Brasil, Claude Adams propôs ao Secretário Frank Knox um contingente simbólico, composto por 5 a 12 mil homens. Em dezembro seguinte, foi a vez do representante brasileiro na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, general Leitão de Carvalho, ser sondado pelo governo americano sobre um possível emprego de tropas brasileiras.

Para Latfalla (2022), a partir do final de 1942 ficou mais certa a ideia de um possível emprego de tropas brasileiras fora da América. Assim, em 31 de dezembro daquele ano, o General

Dutra iniciou os preparativos para uma futura força expedicionária. Porém, foi um longo caminho até a FEB, em um choque constante entre expectativa e realidade. Pois, além dos britânicos e estadunidenses não estarem muito a fim, os “entendimentos foram lentos e difíceis, principalmente, quanto a composição da tropa que formaria a FEB” (Latfalla, 2022, p. 215).

Não se sabia ao certo onde e, principalmente, o que a tropa brasileira faria no exterior. A partir de 1943, a FEB foi criada e, finalmente, ficou claro onde que ela seria empregada. Segundo Latfalla (2022), desde maio de 1943, sabia-se que a FEB poderia ser empregada em qualquer ponto do teatro de operações do mar Mediterrâneo e que, antes da sua introdução na frente de combate, ela passaria por um período de treinamento no norte da África. Contudo, uma razão de ordem tática fez com que os americanos, à revelia dos brasileiros, mudassem os planos: “o grande número de mortos no desembarque de



Ânzio e o avanço para Roma. Além disso, os Aliados estavam desfalcados do Corpo Expedicionário Francês que partiu para a invasão do sul da França”, releva Latfalla (2022, p. 255). O autor deixa claro que o governo brasileiro não tomou parte dessa decisão, que se revelou um grande erro, porque comprometeu o desempenho inicial da FEB e gerou críticas documentadas contra a tropa pelos oficiais de ligação do *US Army*, que a partir da década de 1980, contribuíram com uma narrativa brancaleônica sobre a FEB, expressa, principalmente, pelo livro, hoje datado, do jornalista William Waack (1985), *As duas faces da glória*.

Embora a chegada dos primeiros efetivos da FEB à Itália tenha atenuado o desfalque de tropas aliadas naquele país, as coisas não começaram bem para ela. Inicialmente, existiram muitos problemas de abastecimento, uma vez que a prioridade do *Peninsular Base Section* era o VII Exército, não o V ao qual a FEB foi subordinada. E, aí, reside um

dos méritos do livro de Latfalla (2022): deixar claro, de forma documentada, que, muitos dos problemas iniciais da FEB foram frutos de decisões erradas do comando militar americano, não da incompetência brasileira.

Encerrada a guerra na Europa, em 8 de maio de 1945, a FEB foi sondada informalmente para se tornar parte das tropas aliadas de ocupação da Áustria. No contexto de transferência do V Exército dos Estados Unidos para aquele país, seu comandante, o general Mark Clark mencionou, informal e sigilosamente, ao comandante da FEB a possibilidade de a tropa brasileira participar dessa missão. Para o general americano, o contingente brasileiro viria a calhar, na medida em que o governo dos EUA não estava disposto a manter mobilizado na Europa o seu contingente de guerra. Na ocasião, o general Mascarenhas prometeu pensar no assunto.

Contudo, em um ofício de 27 de fevereiro de 1945, destinado ao general Dutra, o general Mas-



carencias listou suas razões para que a FEB não se tornasse uma tropa de ocupação. Até onde é possível saber, essa é a única fonte primária existente sobre o assunto e, tal como Frank McCann (1995), Latfalla (2022), após refutar os argumentos apresentados pelo comandante da FEB, reconheceu que a recusa brasileira em participar da ocupação militar da Áustria prejudicou a diplomacia do Brasil no pós-guerra, uma vez em que o país deixou de ser considerado um parceiro militar e político com o qual os Estados Unidos poderiam contar. Não se sabe se Vargas soube da sondagem feita pelo general Mark Clark, muito menos da reposta do general Dutra. Contudo, Latfalla (2022) informa que o governo britânico tinha conhecimento do assunto e da defesa pelo Itamaraty da tese de que o Brasil deveria exercer hegemonia política na América do Sul e de se destacar no cenário político internacional, em que uma participação como tropa de

ocupação na Áustria seria útil para esses objetivos.

Curiosamente, o governo brasileiro, após o término da Segunda Guerra Mundial na Europa, em 8 de maio de 1945, aguardou um convite dos Estados Unidos para declarar guerra contra o Japão. Segundo Latfalla (2022), na ocasião, o Itamaraty informou que se o convite fosse feito, o Brasil aceitaria e declararia estado de beligerância contra o Japão. Porém, os Estados Unidos não tinham interesse no envio de uma tropa brasileira ao teatro de operações do Pacífico, devido a um conjunto de razões, entre as quais envolveram transporte e retreinamento da tropa para um ambiente completamente diferente da Itália. Além disso: “Não pode ser descartada a impressão deixada pelo Brasil ao não aceitar o convite para participar da ocupação da Áustria” (Latfalla, 2022, p. 314).

No máximo, poderia ocorrer uma participação simbólica da Força Aérea Brasileira (FAB) nos céus do Pacífico. Nada mais.



Mesmo assim, em 6 de junho de 1945, o governo brasileiro declarou guerra contra o Japão, por meio do Decreto n. 18.811. A “atuação brasileira ficou restrita a esta declaração de guerra e nenhuma unidade militar atuou na área do Pacífico” (Latfalla, 2022, p. 316).

A declaração de guerra contra o Japão é um fato desconhecido entre o público brasileiro. Ele não aparece nos livros didáticos de história que os estudantes da Educação Básica estudam. Porém, ele é um fato importante para a compreensão das intenções da política externa do Brasil no pós-guerra, além de assinalar o fim da participação do país na Segunda Guerra Mundial, que foi encerrada definitivamente em 2 de setembro de 1945, com a rendição incondicional do Japão. A participação militar brasileira foi, principalmente, por meio da FEB e do 1. GAV CA, na Campanha da Itália, entre meados de 1944 e maio de 1945.

Contudo, o envolvimento com a guerra foi muito além,

sendo iniciado mesmo antes da entrada formal do Brasil no conflito, em agosto de 1942. O livro *Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil* enriqueceu o entendimento da historiografia e dos historiadores sobre o assunto e, sem sombra de dúvidas, pode ser considerado um dos novos clássicos acerca da história do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

BIBLIOGRAFIA

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-EUA 1939/1943*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

McCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937 – 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935-1942*. Rio de



Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

WAACK, William. *As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.